

**ORIGENS DAS QUESTÕES REFERENTES À PRUDÊNCIA NA SUMA DE
TEOLOGIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FONTES
EMPREGADAS POR TOMÁS DE AQUINO NA CONSTRUÇÃO DAS
QUESTÕES 47 A 56 DA II^a-II^ac**

*ORIGINS OF THE QUESTIONS CONCERNING THE PRUDENCE IN SUMMA
THEOLOGICA. SOME THOUGHTS ON THE SOURCES EMPLOYED BY THOMAS
AQUINAS IN THE CONSTRUCTION OF THE QUESTIONS 47-56 OF II^a-II^a*

Carlos Tafarelo Leme¹

Resumo: O tratado da prudência, ou questões referentes à prudência, tem importância fundamental no âmbito ético tomasiano. É tarefa complexa compreender o pensamento de Tomás de Aquino (1225-1274) sobre a vida e as ações do homem se não houver um entendimento a respeito do que ele conceitua como prudência, que está no centro de sua ética. Por conta desta problemática, faz-se importante abordar as fontes empregadas por Tomás na construção destas questões, presentes na Suma de Teologia; saber como Tomás chegou até estas conclusões. Este artigo estuda as questões referentes à prudência do ponto de vista da história da filosofia.

Palavras-chave: Tomás de Aquino. Prudência. Suma Teológica. História da filosofia medieval.

Abstract: The treatise of prudence, or questions relating to prudence, is paramount in the ethical context of Thomas Aquinas. It is complex task to understand the Thomas's thought on life and man's actions if there is no understanding about what he conceptualizes as prudence, which is at the heart of his ethics. Because of this problem, it is important to approach the sources employed by Thomas in the construction of these issues, presents in Summa Theological; know how Thomas came to these conclusions. This article studies questions concerning the prudence from the point of view of the history of philosophy.

Keywords: Thomas Aquinas. Prudence. Summa Theologica. History of medieval philosophy.

¹ Mestre em Filosofia pela Faculdade de São Bento. O autor pesquisa atualmente a Filosofia Medieval, com foco em Tomás de Aquino. Tem interesse também nas áreas de pesquisa vinculadas aos campos da Ética, da Filosofia da Linguagem, do Direito e da Educação. E-mail: carlostafarelo@gmail.com

“Aquele que raciocina bem no que se refere à totalidade do bem viver é denominado, pura e simplesmente, prudente”.²
(Tomás de Aquino)

1. Introdução

Tomás de Aquino define a prudência como “*sabedoria das coisas humanas*”³. É estranho à contemporaneidade, ao referir-se à ética, abordar temas como virtude (PIEPER, 2007, p. 14-15), totalidade, razão objetiva⁴. Por isso, quando um estudo busca analisar a teoria ética tomasiana, um fator a ser reafirmado é o caráter objetivo da capacidade de conhecer⁵ do homem naquilo que concerne seu agir, isto é, o homem é capaz de ver, “*objetivamente*” (PIEPER, 2007, p. 17), o que diz respeito à sua ação, expressando-o em normas de conduta. Sem esta objetividade, pode-se cair em um relativismo subjetivo⁶, em que a decisão se baseia exclusivamente na experiência do indivíduo. Ao afirmar ao sujeito um dever - aquilo que deve ser feito - parte-se, então, do homem naquilo que existe de comum a seus pares: a essência humana. Asseverar, assim, uma ética prudencial é opor-se ao relativismo – que torna as normas éticas meramente circunstanciais – e também, de outro lado, a um voluntarismo moralista – que concentra na vontade humana a decisão do agente, separando aquilo que o indivíduo deve fazer daquilo que ele é essencialmente, metafisicamente.

Uma das formas de compreender a intenção de um escritor é conhecer os textos que influenciaram suas convicções pessoais, assim como aqueles que forjaram sua vida intelectual. Esta questão é ainda mais relevante ao se tratar de um teólogo-filósofo⁷ cristão medieval que no processo de construção de seu pensamento não se desvincula

² II-II. Q. 47, a. 2. Tradução para: “*ita ille qui bene ratiocinatur ad totum bene vivere dicitur prudens simpliciter*”. As citações referente à Suma de Teologia serão feitas levando em conta a parte do texto, a questão e o artigo, como comumente são tomadas pelos estudiosos do tema. O mesmo será feito à *Ética* de Nicômaco, de Aristóteles, e à *República*, de Platão.

³ II-II. Q. 47, a. 2.

⁴ Para saber mais sobre as relações entre subjetividade e objetividade na vida ética e sua problemática contemporânea, cf. Vaz (2000).

⁵ cf. I. Q. 86, a. 3.

⁶ cf. BENTO XVI, 2006.

⁷ Apesar da proximidade entre a teologia e a filosofia no pensamento de Tomás de Aquino e na Idade Média, o próprio Tomás disserta sobre o papel que cada uma exerce. No *Comentário ao De Trinitate* de Boécio, o Doutor Angélico diz ser possível fazer uso da filosofia em favor da doutrina sagrada de três formas: primeiro, para demonstrar os preâmbulos da fé; segundo, para fazer conhecer as realidades da fé; terceiro, para opor resistência ao que se diz contrário à fé (GILBERT, 1999, p. 136). Ferrater Mora aborda no verbete “*ancilla theologiae*” as possibilidades de entendimento desta servidão da filosofia à teologia. Neste contexto, diz ser a abordagem de Tomás de Aquino uma “*ponte*” entre as duas ciências (MORA, I, 2001, p. 137).

totalmente de seus predecessores, entretanto, avança a partir de princípio de continuidade⁸ que é pressuposto necessário para o desenvolvimento integral da fé cristã.

Assim, a partir de alguns estudiosos do tema, procurar-se-á discorrer sobre as fontes que inspiraram Tomás na construção das questões 47 a 56 da *II^a-II^a*, principal abordagem de Tomás sobre a virtude da prudência, em especial por se tratar de um texto de maturidade do autor⁹.

2. Origens do tratamento da prudência

O estudo da prudência, situado na *II^a-II^a* parte da *Suma de Teologia*, nas questões 47 a 56, tem três principais fontes: as Sagradas Escrituras, alguns autores cristãos anteriores a Tomás de Aquino, tais como: Agostinho de Hipona e Alberto Magno, e Aristóteles, intitulado por Tomás como *o Filósofo*.

O termo *prudencia*, chega a Tomás através de duas formas: a primeira por meio de Aristóteles, numa tradução latina da *Ética a Nicômaco* (MENDOZA *apud* AQUINO, 2010, 20-21); a segunda através da leitura de Cícero, filósofo estoico romano do século I a. C., a partir de sua influência a alguns autores cristãos (DEMAN, 2012, p. 15).

Todo escrito sistemático cristão parte de dados proporcionados pela revelação e é sistematizado a partir dos dados culturais disponíveis, entre os quais, assume particular importância, a filosofia. O Doutor Angélico recebe a revelação, a partir das *Sagradas Escrituras* e da *Tradição*, e sistematiza seu pensamento nos moldes da filosofia aristotélica, lida no contexto cultural do século XIII.

Para aprofundar a problemática das fontes, expor-se-á primeiramente a influência das *Escrituras* nas questões referentes à prudência, para posteriormente abordar o papel exercido por alguns autores cristãos e por Aristóteles.

⁸ Segundo Boehner & Gilson (1991, p. 11), a história da filosofia cristã “*desconhece quaisquer tentativas de demolir a totalidade daquilo que se construíra no passado*”. Neste contexto, os pensadores, ou utilizaram diretamente seus predecessores para aprofundar e melhorar aquilo que foi anteriormente postulado, ou ao menos se reportaram a algum antecessor a “*quem se sentem devedores*”. Também é conhecido como princípio de tradição.

⁹ Não é objetivo deste trabalho, explicitar o quadro ético de Tomás de Aquino, tarefa concluída em outro momento. Entretanto, mesmo ante Aristóteles, Tomás de Aquino, usando da sabedoria do Estagirita, aprofundou e modificou o conceito existente até sua época.

2.1 As Sagradas Escrituras

Tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento existe uma concepção de prudência. Abundam citações, literais ou implícitas, nas quais se apresenta tal qualidade. É preciso afirmar que, seja através da terminologia, seja na fundamentação conceitual, o espírito bíblico não necessariamente coincide com o pensamento grego (ANDRÈS, 2007, p. 45). Tal conjuntura, todavia, não obstruiu Tomás na tarefa de sintetizar as tradições bíblico-cristã-teológica e filosófica.

No Antigo Testamento, os livros sapienciais¹⁰ - principalmente, porém não exclusivamente – “*contêm um vocabulário e alguns pensamentos a partir dos quais se segue que, para viver bem, ao homem são indispensáveis algumas qualidades do espírito*” (DEMAN, 2012, p. 28). Existem duas formas complementares, através das quais os autores do AT propõe o tema geral da virtude: o elogio ao valor e às vantagens de se possuir este atributo; a narração da história de homens e mulheres virtuosos, sugerindo a imitação de suas qualidades.

Os livros sapienciais constroem uma série de elogios a uma qualidade intelectual - עִקְלָה, traduzida como prudência, bom senso ou sensatez - que consiste em um transbordamento da experiência do temor do Senhor. É um tipo de discernimento ou sabedoria referente às coisas práticas: “*O temor do Senhor é o princípio da sabedoria; revelam prudência todos os que o praticam. O seu louvor permanece para sempre*” (Sl 111, 10). Por outro lado, usando do método narrativo, os autores sagrados recordaram o exemplo de algumas personagens prudentes, por exemplo: Abigail, a mulher sensata, o filho sábio de Davi que pediu a sabedoria do Senhor para governar o povo¹¹, entre outros.

Se a prudência do AT tem caráter de conhecimento, isto é, é uma qualidade adquirida através da experiência que deve guiar o agente, a *docilitas*¹² aparece aqui

¹⁰ É possível que se encontre fundamentação entre a conceituação grega e os livros sapienciais e demais escritos bíblicos posteriores devido à presença da cultura grega na Palestina existente a partir do séc. V a. C. Além disso, sete livros do AT foram redigidos fora da Palestina, em grego. Para saber mais sobre o assunto ver Thompson (2007).

¹¹ cf. 1Sm 25, 3; 2Cr 2, 11 e 1Rs 3, 9. Em ambos os casos, o termo hebraico para prudência é encontrado explicitamente. Existem, porém, outros exemplos em que uma qualidade semelhante à prudência é pressuposta – por exemplo: em José, filho de Jacó, em seu governo no Egito. Nele são observáveis partes importantes da prudência, tais como: uma prudência econômico-política na administração dos bens públicos em tempo de crise (cf. Gn 47, 13-26), uma prudência do governo de si mesmo (cf. Gn 39, 7-10).

¹² A docilidade, assim como a memória com relação à aquisição da experiência, é considerada por Tomás de Aquino como parte integrante da virtude da prudência, possibilitando aos inexperientes, um tipo de sabedoria acessível a partir da Revelação e do conselho dos mais velhos, cf. II-II, q. 49, a. 3.

como solução àqueles que ainda não adquiriram experiência - os jovens – aos quais existe a lei de Deus e o conselho dos anciãos¹³. Segundo Deman (2012, p. 28): “os autores bíblicos não deixam de estabelecer um vínculo entre estas qualidades da inteligência e a reta disposição do coração”. Para as Escrituras *Hebraicas* não existe prudência nos pecadores. Somente quem se dispõe ao caminho da justiça tem terreno fértil para a geração da virtude.

Em Lucas e Mateus, já no Novo Testamento, por exemplo, existem referências diretas sobre a prudência. A partir da raiz *φρόνιμος*¹⁴, os evangelhos referem-se a uma capacidade do sujeito. Seja através do “servo fiel e prudente”¹⁵; ou do “prudentes como as serpentes”¹⁶, do como as “cinco virgens prudentes”¹⁷, ou ainda do “homem prudente que edificou sua casa sobre a rocha”¹⁸. Além destes trechos, a prudência aparece no Evangelho em Lucas, na parábola do administrador infiel (Lc 16, 1-8). É ressaltada nesta parte a habilidade do administrador infiel quando este passa por uma situação difícil. Aqui, porém, a capacidade tem um sentido estrito negativo, pois, é usada para tirar do patrão em benefício aos seus credores para que algum deles o acolha em sua penúria. No fim da parábola, Jesus explica sua intenção ao contá-la: “e o Senhor elogiou o administrador infiel por agir prudentemente, porque os filhos deste mundo são mais astutos com sua geração que os filhos da luz”¹⁹.

Os filhos da luz, assim, precisam adquirir a prudência para agir com destreza em seus bons propósitos. Este aprendizado é comparado a uma conversão: “para converter o coração dos pais aos filhos, converter os desobedientes à prudência dos justos e habilitar para o Senhor um povo preparado”²⁰.

Nas cartas paulinas, Paulo exorta os cristãos ao discernimento. A raiz grega deste discernimento geralmente traz o sentido de sabedoria que tem sua origem na firme adesão a Cristo, como por exemplo, em I Cor. 4, 10: “Nós por Cristo somos loucos; nós

¹³ Os mandamentos de Deus e o conselho dos anciãos não excluem, em nenhuma perspectiva, a autonomia da ação das mãos do agente. Ele é quem deve decidir se dá ouvidos ou não às fontes de sabedoria.

¹⁴ As citações bíblicas feitas do grego são de Nestle (1993). As feitas em português serão extraídas de Schökel (2006). Qualquer exceção será explicitada.

¹⁵ Mt 24, 45: *πιστὸς δοῦλος καὶ φρόνιμος*; Lc. 12, 42: *πιστὸς οἰκονόμος ὁ φρόνιμος*.

¹⁶ Mt 10, 16: *γίνεσθε οὖν φρόνιμοι ὡς οἱ ὄφεις*.

¹⁷ Mt 25, 2: *πέντε φρόνιμοι*.

¹⁸ Mt 7, 24: *ὁμοιωθήσεται ἀνδρὶ φρονίμῳ, ὃστις ᾠκοδόμησεν αὐτοῦ τὴν οἰκίαν ἐπὶ τὴν πέτραν*.

¹⁹ Lc 16, 8: *καὶ ἐπῆνεσεν ὁ κύριος τὸν οἰκονόμον τῆς ἀδικίας ὅτι φρονίμως ἐποίησεν· ὅτι οἱ υἱοὶ τοῦ αἰῶνος τούτου φρονιμώτεροι ὑπὲρ τοὺς υἱοὺς τοῦ φωτὸς εἰς τὴν γενεάν τὴν ἐαυτῶν εἰσιν*.

²⁰ Lc 1, 17: *ἐπιστρέψαι καρδίας πατέρων ἐπὶ τέκνα καὶ ἀπειθεῖς ἐν φρονήσει δικαίων, ἐτοιμάσαι κυρίῳ λαὸν κατεσκευασμένον*.

por Cristo, prudentes”²¹. Esta sabedoria transforma os homens (Ef. 4, 17-24), tornando-os iluminadores da realidade. A livre adesão a Cristo e seus ensinamentos devem tornar o indivíduo um agente de transformação da realidade. Assim, a prudência não é uma virtude que contribuí apenas ao bem do indivíduo, mas também ao bem comum. A sabedoria apontada por Paulo opõe-se a um modo de inteligência que não contribui para a prática (DEMAN, 2012, p. 31): “porém o conhecimento infla, ao passo que o amor edifica” (I Cor. 8, 1). A caridade, “forma das virtudes”²², deve iluminar o cristão em seu agir.

O apóstolo Tiago coloca Deus como provedor da sabedoria (Tg. 1, 5) - *σοφία*. Para Tiago, *σοφία* é a habilidade de usar o conhecimento para comportar-se corretamente, uma inteligência do bem viver. Sobre esta sabedoria em Tiago, Chaine diz:

Uma virtude de discernimento que permite ao homem apreciar, em seu justo valor, as coisas e os acontecimentos, em conformidade à lei divina; também lhe ensina que uso deve fazer da tribulação em vista de seu aperfeiçoamento. Pertence, pois, à ordem moral. (CHAINED, *apud* DEMAN, 2012, p. 32)

Neste contexto - que será seguido por Tomás - existem realidades objetivas que precisam ser consideradas pelo homem para que sua ação seja boa: é preciso existir um discernimento com relação à prática; a ação precisa ser esmerada pela experiência alcançando-se um estado de maturidade; é preciso que as ações do homem beneficiem a ele próprio e seu próximo²³.

É preciso considerar também a existência, *nas Sagradas Escrituras*, de um termo, de significado semelhante ao dado à prudência, que será utilizado por muitos autores cristãos anteriores a Tomás de Aquino. O termo *discretio* - *discretio* - gerou uma tradição filosófica paralela à advinda da prudência²⁴. O ensinamento evangélico aponta *discretio* como uma capacidade de caráter duplo, a saber: um de previsibilidade das dificuldades e preparação para uma eventual situação de conflito e um voltado à capacidade de administração dos bens em favor dos outros.

²¹ I Cor. 4, 10: *ἡμεῖς μωροὶ διὰ Χριστόν, ὑμεῖς δὲ φρόνιμοι ἐν Χριστῷ.*

²² II-II, Q. 24, a. 8.

²³ cf. Lc. 10, 25 - 37. “*Próximo*” é usado segundo o contexto da parábola do Bom Samaritano, em que as *Escrituras* ampliam a visão hebraica deste termo, sinônimo de vizinho, amigo - tornando objeto da ação humana todo homem, isto é, o homem virtuoso que visa o bem em todas as suas ações.

²⁴ Ver-se-á, mais a frente, sobre esse paralelismo entre *prudencia* e *discretio*. Nas *Sagradas Escrituras*, o termo grego que origina a palavra *discretio* - *διακρίνω* - pode ser traduzida diretamente para um de seus significados, como em 1Rs. 3, 9 e Mt. 16, 3.

2.2 Os autores cristãos

Tomás de Aquino é um autor cristão medieval. Sua obra está inserida num princípio de tradição em que há uma profunda tentativa de fazer com que o trabalho entre filosofia e cristianismo faça parte de algo maior, em que cada autor constitui uma parte do todo (BOEHNER & GILSON, 1991, p. 12). Existiram, obviamente, tensões entre os autores diversos, sem que, todavia, viesse à tona um rompimento total entre eles.

Essa realidade é observada ao analisar os autores fonte, estudados por Tomás na redação do tratado da prudência. Tomás tem em conta o aporte do aristotelismo sem deixar de lado a tradição que sustentara a racionalidade cristã até o século XIII. Observa-se então, que alguns autores são diretamente citados em seu texto. Outros autores, porém, influenciaram indiretamente sua construção conceitual, como será visto.

Primeiramente, com relação à expressão *virtudes cardeais*, esta nasce com Ambrósio de Milão e é repetidas vezes encontrada nas obras dos padres da Igreja, tais como: Agostinho de Hipona, Jerônimo de Estridão, Gregório Magno, Bernardo de Claraval, entre outros. Os primeiros, porém, a agruparem os termos prudência, justiça, fortaleza e temperança em um conjunto conceitual foram os filósofos estoicos do período clássico, que as chamavam de “*virtudes primeiras*” (DEMAN, 2012, p. 33). Este conjunto de virtudes já pode ser encontrado separadamente na República, de Platão (IV. 427e).

O tema das virtudes cardeais percorreu as páginas de importantes teólogos também na Idade Média pré-tomasiana. São de destaque: Pedro Lombardo e suas *Sentenças*; Guilherme de Auxerre; Felipe, o Chanceler; e Boaventura de Bagnoreggio, contemporâneo de Tomás na Universidade de Paris.

Apesar de a prudência ser citada muitas vezes no conjunto das virtudes cardeais, “os raciocínios sobre ela não se desenvolvem mais porque não se tem posse do instrumento filosófico adequado” (DEMAN, 2012, p. 36), encontrado por Tomás na obra do Estagirita. Este paradigma só é alterado com a chegada da tradução latina completa da *Ética Nicomaqueia* de Aristóteles.

A tradição cristã não chega a Tomás apenas pelo termo *prudentia*, mas por uma palavra irmã, de significado semelhante ao termo usado pelo Estagirita, mas de origem diversa. A referida palavra, já citada anteriormente no âmbito das *Sagradas Escrituras*,

é *discretio*, do grego *διακρίνω*, que se refere a uma capacidade de discernir, julgar ou discriminar²⁵. João Cassiano é o primeiro autor a elaborar uma exposição sobre esta virtude. Sobre o conceito de *discretio* de Cassiano, diz Deman (2012, p. 39):

Por *discretio* entende-se certa disposição ou atividade intelectual a serviço da aquisição e do crescimento das virtudes. Com efeito, na alma, a discricção concerne à inteligência. Não é contrária a uma paixão específica, como as outras virtudes morais, mas intervém em forma de juízo, de eleição, de discernimento, na prática de todas as demais virtudes. Nas explicações de Cassiano, a discricção se aproxima ao governo da vida, ao conselho, à inteligência, ao sentido e à sabedoria. Causa-lhe tumulto tudo o que enturva a razão. Mais precisamente, dirige o exercício do livre arbítrio: porque consiste principalmente em uma reflexão na qual se aprecia o valor das diversas ideias que nascem no espírito; e segundo foram aceitas ou rejeitadas, decide e atua. Somente esta eleição julgada garantirá a retidão da vida espiritual. Se anuncia a fórmula em que aparece “a mãe, a custódia e a moderadora de todas as virtudes²⁶”.

Em sua explanação sobre a *discretio*, João Cassiano²⁷ apresenta uma profunda similitude entre o conceito de prudência e o de discricção. Vê-se que a discricção é uma virtude da inteligência que está a serviço das outras virtudes, intervindo entre as virtudes e servindo de auxílio a essas. Cassiano destaca o papel de governo e de direção desta virtude. Por ser uma virtude intelectual, exige o exercício reflexivo do agente. Cassiano cita, indiretamente, o que seria a *sindérese*, donde vêm as “ideias que nascem no espírito”; destaca o papel de decisão e atuação da discricção, além de lhe atribuir a garantia de retidão da vida espiritual. Por fim, cunha a fórmula tradicional de “mãe, custódia e moderadora das virtudes”, semelhante à encontrada em Tomás²⁸.

A *discretio* permanece na tradição monacal sendo citada por: Bento de Núrsia, Bernardo de Claraval, Ricardo de São Vitor, entre outros. Deman (2012, p. 44) observa que: “discricção e prudência são duas maneiras de designar uma só e mesma exigência da vida espiritual”. Tomás de Aquino, apesar de não usar o termo *discretio* na *Suma de*

²⁵ Pode significar também dúvida (permanecer no meio entre dois opostos).

²⁶ Tradução livre de: “*Omnium namque virtutum generatrix, custos moderatrixque discretio est*”.

²⁷ João Cassiano (360 - 435) foi monge em Marselha. É reconhecido como um dos Padres do Deserto e considerado um dos fundadores da vida monástica ocidental. Fundou a Abadia de São Vitor, importante local de produção teológica, especialmente nos séculos X - XII.

²⁸ cf. 3, d. 33, q. 2, a. 5; 4, d. 17, q. 2, a. 2.

Teologia, aplicará o termo em outros pontos de sua obra²⁹. Além disso, utiliza algumas palavras que refletem uma mesma tradição filosófica que *discretio*, como *discernire*.

Apesar desta identificação do significado dos termos diversos, Tomás, em sua obra de maturidade, opta por prudência. Ora, falar de uma mesma coisa utilizando nomes diferentes pode causar confusão em quem lê; contudo, o objetivo principal de Tomás é descomplicar, como se vê no prólogo da primeira parte da *Suma de Teologia*³⁰, o Aquinate, assim, opta por chamar essa qualidade da vida humana de prudência. O motivo principal deve ter sido a ampla tradição filosófica existente no termo prudência, presente no conjunto das virtudes cardeais. Por isso, estuda-se em Tomás a prudência, não a discricção³¹.

Outro autor que inspirou diretamente a ética tomasiana foi o mestre de Tomás de Aquino, Alberto Magno. Este foi o primeiro comentador medieval da *Ética a Nicômaco* e suas lições sobre ética, em Colônia, foram assistidas por Tomás³². É “considerável³³”, neste período, a influência exercida por Alberto sobre Tomás. Em paralelo à composição da *Secunda Pars* da *Suma de Teologia*, em que estão localizadas as questões referentes à prudência, Tomás dedicou parte de seu tempo para fichar o comentário de Alberto sobre a *Ética a Nicômaco*. Este opúsculo ficou conhecido como *Tabula libri Ethicorum* e contém pouco mais que citações literais do comentário de Alberto. Se esta obra for encarada como um texto para fácil consulta, é possível pressupor que Tomás, ao ler o texto aristotélico, trouxe consigo a interpretação de seu mestre. O significado de tal atitude num pensador cristão não pode ser minorado. Mais uma vez o pressuposto de continuidade faz-se presente na construção da tese tomasiana.

2.3 Aristóteles

Principalmente através da *Ética a Nicômaco*³⁴, Aristóteles é frequentemente citado por Tomás nas questões referentes à prudência³⁵; no Filósofo, o Aquinate buscou

²⁹ Por exemplo: na *Exposição sobre I Coríntios*, nas *Questões disputadas sobre as Virtudes Cardeais*, no *Comentário às Sentenças*, no *Sobre a Carta aos Romanos*, no *Sobre a Carta aos Hebreus*, e no *Comentário à Ética a Nicômaco*.

³⁰ cf. I, Pr.

³¹ Outros autores tiveram influência em maior ou menor escala na obra tomasiana, como, por exemplo, Pseudo-Dionísio. Esta, porém, não foi identificada diretamente nas questões referentes à prudência. Por conta disso, não foram abordados na presente exposição.

³² Ver Porro (2014, p. 15) e Torrell (2004, p. 30-33).

³³ TORRELL. p. 31.

³⁴ O tema da versão da *Ética a Nicômaco* usada por Tomás em seu comentário é bastante discutido e de veras controverso. Gauthier observa que Tomás citava a versão da *Ethica Vetustas* de memória. Vaz

o aporte filosófico para servir a sua teologia³⁶. Deste modo, para averiguar a influência aristotélica sobre estas questões, serão investigadas³⁷ algumas exposições e conceitos presentes no livro VI desta obra³⁸, na qual o conceito de *φρόνησις* é exposto.

O Estagirita aponta que, para existir uma justa compreensão da *φρόνησις*, é necessário ir além do âmbito teórico-científico, considerando não apenas uma razão conceitual, mas o *φρόνιμος* - o prudente - aquele que é “capaz de bem deliberar sobre o que é bom e proveitoso para si mesmo, não num ramo particular [...], mas o que é vantajoso e útil como recurso para o bem estar em geral”³⁹. Deste modo, a filosofia prática aristotélica não é apenas um aparato de conceitos, mas uma análise das situações reais, dos sujeitos e suas ações na realidade, do contingente.

A definição aristotélica de prudência está formulada do seguinte modo: “conclui-se, portanto, ser a prudência uma qualidade racional para a consecução da verdade que concerne à ação relativamente às coisas que são boas para os seres humanos”⁴⁰. Nesta conceituação está resumida a doutrina aristotélica sobre a prudência. Para entendê-la, entretanto, é preciso percorrer o caminho feito pelo Filósofo para construí-la.

A virtude - *ἀρετή* - é “a mediania relativa a nós, sendo isso determinado pela razão, isto é, como o homem prudente o determinaria”⁴¹. Esta mediania - *μεσότης* - é determinada pela razão, que, para Aristóteles, é dividida formalmente em duas partes: uma científica - que especula sobre a invariabilidade dos princípios e o que deles se deduz - e uma calculadora - responsável por deliberar sobre o contingente, ou variável.

(2000) afirma que ele usou a segunda versão da *Versio Lincolnensis*. Segundo Mendoza (*apud* AQUINO, 2010, p. 21): “a crítica textual hoje considera que o Aquinate usou um texto composto de várias versões”. Não se pretende determinar tal questão neste trabalho.

³⁵ Foram encontradas 117 citações do Estagirita nestas questões.

³⁶ Remete-se à tradicional expressão “*philosophia ancilla theologiae*”. Para autores como Lauand (*apud* AQUINO, 2011, p. 42), em Tomás: “a filosofia mais que *ancilla*, é *sponsa theologiae*”, isto é, a filosofia mais que um aparato basilar para a construção teológica, caminha lado a lado com a teologia, influenciando diretamente em sua estrutura, definições e conclusões.

³⁷ Não será feito, por este trabalho, um aparato geral sobre a ética aristotélica. Recomenda-se, para quem quiser saber mais sobre o assunto, o livro de Sir David Ross (2005, p. 197 – 249), em especial o capítulo sobre a ética.

³⁸ Apesar do conceito de *φρονήσις* estar presente em toda a obra aristotélica, foi exclusivamente no contato com a tradução latina da *Ética a Nicômaco* que Tomás encontrou-se com Aristóteles, no que toca à prudência, obra em que fundamentou muito de sua ética e, conseqüentemente, de sua *prudencia*.

³⁹ *EN*. VI. 1140a1, 25-30.

⁴⁰ *EN*. VI. 1140b1, 20-25. A tradução contida em Aubenque difere bastante. Esta diz assim: “*uma disposição prática acompanhada de regra verdadeira concernente ao que é bom ou mal para o homem*” (AUBENQUE, 2008, p. 60). A ideia de regra está presente também em Deman (2012, p. 53). O texto grego diz assim:

ὅσπερ ἀνάγκη τὴν φρόνησιν εἶναι μετὰ λόγου ἀληθῆ περὶ τὰ ἀνθρώπινα ἀγαθὰ πρακτικῆν.

⁴¹ *EN*. II. 1107a1, 01-05

Aristóteles desenvolve uma divisão das virtudes entre intelectuais e morais. As primeiras concernem ao aperfeiçoamento da razão, já as morais aperfeiçoam as demais potências da alma. As virtudes intelectuais são “cinco qualidades através das quais a alma alcança a verdade por afirmação ou negação”⁴². São em número de cinco, em que três dizem respeito à parte científica da razão - sabedoria, ciência e inteligência - e duas à parte calculadora - arte e prudência. As virtudes morais são tratadas do livro II ao VI e são aquelas que aperfeiçoam o caráter do agente e seu agir.

O Estagirita divide formalmente a sabedoria teórica da sabedoria prática. Todas as virtudes intelectuais objetivam um tipo de conhecimento, intelectual ou prático. No caso específico da prudência, o conhecimento buscado é o conhecimento do real a ser efetivado, isto é, daquilo que envolve o agente e a ação, que existe na mobilidade da contingência. Não basta conhecer a premissa maior do silogismo prático para que a conclusão seja válida, porém, é preciso saber, perceber sensorialmente bem e julgar bem, para formar a premissa menor e transitar ao âmbito da ação.

Segundo Deman (2012, p. 53), para Aristóteles: “a prudência é coisa da razão. Seu ato consiste em um conhecimento: porque toda atividade humana procede do conhecimento como de seu princípio e de sua regra”. O Estagirita define um tipo de conhecimento do contingente, diverso do conhecimento do necessário⁴³. Este conhecimento da ação a ser realizada, tornada real, não é gerado no agente por simples contato pontual com a realidade, pois, há uma imensurável variedade de fatores, que se alteram a cada nova ação. As informações obtidas das ações vivenciadas e a apreensão dos sentidos são conservadas na memória do agente, na qual ficam arquivadas. Neste ambiente de conhecimento a experiência será gerada no agente.

A prudência é virtude dos experientes, como diz Aristóteles: “pois a experiência lhes transmitiu uma visão com a qual enxergam as coisas com acerto”⁴⁴. Após uma determinada quantidade de vivências, apesar de não perder o caráter contingencial, alguns destes fatores começam a se repetir, o que permite ao agente prever, de certo modo, qual seria o resultado de determinada ação. O prudente, assim, enxerga longe dentro da perspectiva do contingente.

Aubenque (2008, p. 61) disserta sobre a distinção feita por Aristóteles, entre a prudência e as demais virtudes – tanto intelectuais quanto morais:

⁴² EN. VI. 1139b1, 15-20.

⁴³ Para a relação entre a prudência e a contingência em Aristóteles, cf. Aubenque (2008, p. 107-155).

⁴⁴ EN. VI. 1143b1, 10-15.

Parte-se do uso comum, constata-se que é chamado *phrónimos* o homem capaz de deliberação; lembra-se que só se delibera sobre o contingente, enquanto a ciência diz respeito ao necessário, portanto a prudência não é ciência. A prudência seria então arte? Não, pois a prudência visa à ação, *πρῶξις*, e a arte à produção, *ποίησις*, logo, a prudência não é arte. Se, pois, a prudência não é nem ciência nem arte, resta (*λείπεται*) que seja uma disposição (o que a distingue da ciência) prática (o que a distingue da arte). Mas isso provaria, no máximo, que ela é uma virtude. Para distingui-la de outras virtudes, em particular das virtudes morais, é preciso acrescentar outra diferença específica: enquanto a virtude moral é uma disposição (prática) que concerne à escolha, a prudência é uma disposição prática que concerne à regra da escolha (*προαιρετική*). Não se trata da retidão da ação, mas da correção do critério, razão pela qual a prudência é uma disposição prática acompanhada de regra verdadeira.

E continua Aubenque (2008, p. 61-62), abordando a distinção entre a prudência e a sabedoria:

Mas essa definição é ainda ampla demais, pois poderia ser aplicada a qualquer virtude intelectual: se distinguirá, então, a prudência dessa outra virtude intelectual, que é a sabedoria, precisando-lhe o domínio, que não é o Bem e o Mal em geral, ou o Bem e o Mal absolutos, mas o bem e o mal para o homem.

Por fim, após distingui-las, Aristóteles relaciona prudência e virtude moral: “À prudência, na razão, corresponde julgar e decidir de que maneira, segundo que vias e que meios, dadas tais circunstâncias, se alcançará e realizará efetivamente o fim desejado” (DEMAN, 2012, p. 56). A virtude moral reside na mediania, como já visto. Para se chegar nesta mediania é preciso que haja prudência no homem; sem ela, mesmo que se chegue ao fim desejado, seria como que acertar no escuro, pois, o agente somente pode determinar “como”, “onde”, e “quando” serão tomadas as providências para se chegar ao fim segundo a prudência.

Basicamente, a prudência diz à virtude moral qual o caminho para se chegar ao fim desejado, apetecido; a virtude moral encaminha o uso moderado dos apetites e das paixões, em vista do bem a ser adquirido, “não é possível ser bom no sentido verdadeiro sem prudência, bem como não é possível ser prudente sem a virtude moral”⁴⁵. A virtude moral tem, também, um papel importante com relação à prudência, pois preserva a

⁴⁵ EN. VI. 1144b1, 30-35.

razão de fim à prudência, isto é, mantém o desejo⁴⁶ num caminho que não termine num excesso ou numa falta, “o acerto em nossa escolha do fim é assegurado pela virtude moral”⁴⁷.

É preciso que exista dentro do agente a virtude realizada no exterior. Não basta que a ação seja virtuosa por virtude natural, é preciso que a razão colabore e dirija tal ação. Não seria suficiente a existência de uma feliz coincidência nos termos da vida moral, a razão humana precisa definir sua ação a partir do interior do indivíduo, coincidindo com o a ação exteriorizada, evidenciando uma integridade, uma unidade, no agente.

O homem bom é, ele mesmo, a medida e o referencial do nobre e aprazível, “a regra viva de sua ação” (DEMAN, 2012, p. 59). Pode-se dizer com Grant: “Não apenas estar de acordo com a reta lei, mas com aquilo que é a consciência da reta lei constitui a virtude” (GRANT *apud* ZINGANO, 2007, p. 365), ou com Zingano (2007, p. 380): “[...] agir virtuosamente não é agir segundo a razão, mas com ou acompanhado da razão”. Assim, é relevante o papel desenvolvido pelo agente, que terá reflexos na teoria tomasiana. Mesmo diante da revelação do Verbo, o homem permanece como agente principal de sua própria vida, responsável por suas escolhas, dotado de um protagonismo único na Criação.

3. Considerações finais

A partir dos pressupostos aqui analisados, pode-se considerar que Tomás não constrói sua teoria do nada. Muitos foram os autores que se aventuraram no estudo da prudência. Dos gregos clássicos aos autores medievais, passaram-se dezesseis séculos. Nenhum autor até então havia colocado a prudência a um local tão elevado como Tomás de Aquino.

Verificou-se nesta pesquisa que o entendimento tomasiano a respeito da virtude da prudência é fruto de uma síntese dos conceitos recebidos da tradição cristã agregados à tese aristotélica. Examinou-se ainda a diversificação existente, quer nas *Sagradas Escrituras* quer nos autores cristãos, acerca da terminologia referente a uma qualidade

⁴⁶ Zingano (2007, p. 378) explora a sobreposição feita por Aristóteles a Platão ao aplicar ao domínio da ação o “acompanhamento” ou não da razão ao desejo. O que anteriormente era considerado bom, porém não digno de elogios - a ação certa por desejo dos deuses ou por sorte - agora é “condição necessária, ainda que não suficiente, para que a razão possa operar em seu interior”.

⁴⁷ EN. VI. 1144a1, 20-25.

da inteligência pertinente à vida prática do agente, na qual diferentes vocábulos – discricção, discernimento, sabedoria – foram reunidos por Tomás em uma única palavra, com forte tradição filosófica anterior: a prudência. Foi possível descrever, ainda que de maneira breve, as fontes que serviram a Tomás de Aquino na construção das questões referentes à virtude da Prudência⁴⁸.

A temática deste artigo torna-se ainda mais relevante para uma leitura da ética tomasiana por existir divergência entre os comentadores sobre algumas questões referentes à teoria de Tomás, como a respeito da quantidade de etapas a serem consideradas na análise da ação humana⁴⁹, além do florescimento que acontece na atualidade dos estudos sobre Tomás de Aquino, em especial de sua ética, que necessariamente permeiam suas conclusões a respeito da virtude da prudência.

Espera-se, com este artigo, colaborar com alguns esclarecimentos sobre este tema da obra de Tomás, além de motivar os que se enveredam pelos caminhos da filosofia, da educação e da ética à leitura do Doutor Comum, que, passados mais de 700 anos de sua morte, ainda tem grande relevância aos temas atuais, além de provocar os estudiosos das Escrituras a mergulhar nos diversos significados escondidos entre a prudência bíblica e a discricção – discernimento, que permanecem ocultos a um olhar filosófico.

Referências

- AQUINO, T. *Somme Théologique, la prudence*. 2ª ed. Paris: Editions de la Revue des Jeunes, 1949.
- _____. *Suma de Teologia*. IX volumes. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. *Comentario a la Etica Nicomaco de Aristoteles*. Barañain-Pamplona: EUNSA, 2010.
- _____. *Verdade e Conhecimento, introdução e notas de Luiz Jean Lauand e Mario Bruno Sproviero*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- ALMEIDA, J. A. (Trad.). *Bíblia Almeida Revista e Atualizada*. Barueri: SBB, 1993. In: ANDRÉS, J.-R. F. *Vida Cristã Vida Teologal: para uma moral da virtude*. São Paulo: Loyola, 2007.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3ª ed. São Paulo: EdiPro, 2009.
- AUBENQUE, P. *A prudência em Aristóteles*. 2ª ed. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2008.
- BENTO XVI. *Aula magna da Universidade de Regensburg - fé, razão e universidade: recordações e reflexões*. 2006. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/

⁴⁸ Tem-se ciência que, as diversas fontes merecem um estudo mais aprofundado, como por exemplo, as *Sagradas Escrituras*. Infelizmente, no presente trabalho não foi possível fazê-lo. É desejo do autor retornar, no futuro, aos questionamentos que permanecerem após a publicação deste trabalho.

⁴⁹ Para saber mais sobre o tema ver Leme (2015).

- hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html>. Acesso em: 02 de março de 2015.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da Filosofia Cristã*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BYWATER, J. (Ed.). *Aristotle's Nicomachean Ethics*. (Texto em grego). Disponível em:
<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:greekLit:tlg0086.tlg010.perseus-grc1>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.
- BUSHELL; TAN; WEAVER. *Bible Works 9*. Norfolk: LLC, 2011.
- COSTA, M. R. N.; DE BONI, L. A. (orgs.). *A Ética Medieval Face aos Desafios da Contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRGS, 2004.
- DEMAN, T. *La Prudencia - notas doctrinales tomistas*. Navarra: Gaudete, 2012.
- FRIBERG, T.; FRIBERG, B.; MILLER, N. *Analytical lexicon of greek New Testament*. Victoria: Trafford, 2005.
- GILBERT, P. *Introdução à teologia medieval*. São Paulo, Loyola: 1999.
- GILSON, E. *O espírito da filosofia medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GRABMANN. *Introdução à Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino*. Apud AQUINO, Tomás de. *Suma de Teologia*. 5ª ed. Caxias do Sul: Sulina. 1980.
- LEME, C. T. A estrutura da ação humana segundo Santo Tomás de Aquino, algumas considerações a partir das questões 6 a 17 da IªIIª. *Revista Convenit Internacional*, São Paulo/Porto, n. 17, Jan./Abr., 2015, p. 43 - 52
- MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- NASCIMENTO, C. A. R. A prudência segundo Santo Tomás de Aquino. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 20, n. 62, p. 365-385, 1993.
- NESTLE; A. (org.). *Novum testamentum Graece*. 27 ed. Stuttgart: Deutsch Bibelgesellschaft, 1993. Apud, BUSHELL; TAN; WEAVER. *Bible Works 9*. Norfolk: LLC, 2011.
- PERINE, M. Quatro lições sobre a ética de Aristóteles. São Paulo: Loyola, 2006.
- PIEPER, J. *Las Virtudes Fundamentales*. 9ª ed. Madrid: Rialp, 2007.
- PLATÃO. *A República*. 9ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- PORRO, P. *Tomás de Aquino, um perfil histórico-filosófico*. São Paulo: Loyola, 2014.
- ROSS, D. 6ª ed. *Aristotle*. London: Routledge, 2005.
- SCHÖKEL, L. A. (trad.). *Bíblia do Peregrino*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2006.
- SPRUIT, L. *Species intelligibilis, from perception to knowledge; I. Classical roots and medieval discussions*. Leiden: E. J Brill, 1994.
- THOMPSON, J. A. *A Bíblia e a Arqueologia*. São Paulo: Arte Editorial, 2007.
- TORRELL, J. P. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino, sua pessoa e obra*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- VAZ, H. C. L. *Escritos de Filosofia V: introdução à ética filosófica 2*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- ZINGANO, M. *Estudos de ética antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.